

ECONOMIA E SOCIEDADE ANTIGAS: CONCEITOS E DEBATES

Ciro Flamarion Santana Cardoso
Universidade Federal Fluminense

Résumé

Cet article critique les conceptions qui prédominent dans les universités occidentales sur l'économie et la société de l'Antiquité classique de nos jours: celles d'auteurs comme M. Finley, P. Vidal-Naquet, J.-P. Vernant et M. Austin. Ces conceptions font dépendre l'interprétation économique et sociale de l'Antiquité grecque et romaine des structures politiques – voire idéologiques et même “psychologiques” – de la cité antique. Toute autonomie est niée au niveau économique, tandis que la société antique est définie en tant que “société d'ordres”, à laquelle le concept de classes sociales ne saurait être étendu. Ces vues sont critiquées dans ce texte, dont l'auteur essaie de montrer que les conceptions dominantes laissent de côté d'importants aspects (tout spécialement les forces productives) d'une économie; et que le concept de classes sociales doit après tout être utilisé, si on ne veut pas se limiter à envisager la société antique d'une façon seulement descriptive, acceptant sans les critiquer les vues des auteurs de l'Antiquité sur leur propre société.

1. História econômica da Antiguidade Clássica

Tomarei "Antiguidade Clássica" na sua acepção usual de História Antiga greco-romana - o que implica uma temática que se estende cronologicamente de mais ou menos 1 500 a.C. até aproximadamente 500 a.D.

O problema que é preciso enfrentar desde o início consiste em saber se é ou não possível, como objeto de estudo minimamente viável, a História Econômica do mundo greco-romano.

Ouçamos, para começar, o que diz Anthony Snodgrass:¹

"...Se fôssemos capazes de fazer reviver, saindo de sua tumba, um grego bem informado dos primeiros tempos, ele entenderia prontamente nosso desejo de descobrir coisas acerca da História Política de sua cultura, e poderia sem dúvida dar uma resposta a muitas de nossas perguntas. Mas logo que começássemos a perguntar-lhe sobre assuntos econômicos, abrir-se-ia um golfo de incompreensão. A História Econômica e a teoria econômica não foram áreas de estudos para os antigos gregos (nem, aliás, para qualquer outra pessoa até o século XVIII de nossa era)."

Como Finley antes dele,² Snodgrass não acha que tal constatação impeça a tentativa de escrever, hoje em dia, uma História Econômica da Antiguidade: mas não deixa de constituir uma dificuldade, além de impor como princípio, segundo acredita, a idéia de que: "Se os gregos não separavam a atividade econômica das atividades sociais e políticas, então também não podemos estudar isolando-a destas".³

A opinião de Snodgrass que acabo de citar voltará a aparecer no debate. Mas talvez convenha perguntar antes o que se entende por economia. Moses Finley, posteriormente à constatação (correta) de que a Economia Política surgiu, como disciplina, no século XVIII, e a Economia *tout court* somente em 1890, ao escolher uma definição desse campo científico opta pela de Erich Roll: o problema central da pesquisa econômica consistiria no estudo do "sistema econômico" visto como "um enorme conglomerado de mercados interdependentes", o que transformaria o processo de troca (intercâmbio mercantil) e a formação dos preços naquilo que os economistas devem, acima de tudo, explicar.⁴

Ora, creio que posso evitar com facilidade uma confusão pelo menos, ao declarar

1 - SNODGRASS, Anthony - *Archaic Greece. The age of experiment*. Londres. J.M. Dent & Sons, 1980, p. 123.

2 - FINLEY, Moses I. - *L'économie antique*. Trad. de M.P. Higgs. Paris. Les Éditions de Minuit, 1975, p. 23: "...concordo também em que tenhamos o direito de estudar tais economias, e de formular sobre essas sociedades perguntas que jamais viriam ao espírito dos antigos." (Em português: **A economia antiga**. Porto. Afrontamento, 1980.)

3 - SNODGRASS - *Op. cit.*, p. 125.

4 - FINLEY - *Op. cit.*, pp. 21-22 (o livro citado por Finley é: ROLL, E. - **A history of economic thought**. Londres, 1945, p. 373). Também Snodgrass, embora trabalhando com uma definição mais ampla do objeto da Economia, "escorrega" pelo caminho, caindo numa posição semelhante à que adotou Finley (SNODGRASS - *Idem*, p. 127: aqui as atividades econômicas são identificadas com a troca de mercadorias).

liminarmente que **não** me interessa trabalhar com uma visão deste tipo da ciência econômica, nem com outra, também usual, que parte da noção de "recursos escassos" Interessa-me a Economia Política tal como a definiu Engels: "ciência das condições e das formas em que as diversas sociedades humanas produziram, trocaram e repartiram os produtos de uma maneira correspondente"⁵ (estas últimas quatro palavras da definição implicam que as condições e formas da produção, troca e distribuição são intimamente ligadas entre si). Esta definição, radicalmente histórica, como é óbvio não faz da existência de trocas e preços **num mercado de tipo moderno ou capitalista** (ou num conjunto de mercados interligados de tal tipo) a condição **sine qua non** para identificar um "sistema econômico": pelo contrário, ela engloba tanto as trocas mercantis capitalistas quanto, por exemplo, as trocas de presentes entre hospedeiros e hóspedes no mundo de Homero, ou os intercâmbios e redistribuições de bens e serviços efetuados por via administrativas pelo Estado faraônico no Egito antigo. Trata-se de uma diferença de intenções e de pontos de vista fundamental: ignorá-la seria um convite certo a um diálogo de surdos em qualquer debate.

O problema não termina aí, no entanto. Mesmo no interior do marxismo, houve quem afirmasse que a Economia Política tal como a definiu Engels seria possível somente para o modo de produção capitalista e impossível de ser construída para quaisquer sociedades não-capitalistas (e portanto, inclusive para toda História greco-romana). Escutemos a respeito a opinião do mexicano Raúl Olmedo:⁶

"A possibilidade de elaborar a Teoria do modo de produção capitalista deriva do fato fundamental seguinte: que no modo de produção capitalista a repartição do trabalho social pelos diferentes ramos da produção e nas proporções adequadas para levar a cabo a reprodução da sociedade em seu conjunto efetua-se de maneira automática (auto-regulada) e independente da vontade dos sujeitos sociais. Em outras palavras, que o modo de produção capitalista é o único sistema de categorias econômicas cujo funcionamento é automático e independente da vontade dos sujeitos sociais. Este requisito não se dá para os modos de produção pré-capitalistas e pós-capitalistas".

De uma afirmação de Marx – de que o aparecimento da Economia Política como disciplina só ocorreu sob o capitalismo – Olmedo deriva sua opinião de que existe uma impossibilidade **objetiva** de elaborar teorias aplicáveis aos modos de produção pré-capitalistas. O Autor argumenta ainda que somente no caso do capitalismo é possível explicar, a partir da teoria global do sistema econômico, a reprodução da sociedade em seu conjunto. No pré-capitalismo, fatores extra-econômicos – os quais não apresentariam o caráter invariável das categorias econômicas – são os que explicam a reprodução social. Assim se explicaria que os autores da Antiguidade grego-romana só puderam refletir sobre certos fenômenos isolados que já existiam em sua época (produção de mercadorias, comércio, dinheiro empréstimo a juros), mas não produzir uma

5 - ENGELS, F. *El anti-Dühring*. Trad. de José Verdes Montenegro y Montero. Buenos Aires. Editorial Claridad, 1970, p. 161

6 - OLMEDO, Raúl – "El estatuto teórico de los modos de producción no capitalistas". *Historia y Sociedad* (México). Nº 5, 1975, pp. 59-64 (a citação é da página 59).

expressão teórica do conjunto social. Somente quando as categorias econômicas se articularam na realidade social, formando um sistema autônomo auto-regulado, pôde surgir a Economia Política.⁷

Olmedo não prestou atenção porém, a um elemento de peso que está presente no texto de Marx que tomou como ponto de partida. Marx diz (o sublinhado é meu):⁸

"Como a Economia Política, tal como se manifesta historicamente, na realidade não passa do estudo científico da economia do período de produção capitalista, não podemos encontrar proposição e teoremas a ela referentes, por exemplo, nos escritores da sociedade grega, a não ser na medida em que certos fenômenos, como a produção de mercadorias, o comércio, a moeda, o capital e o juro, são comuns a ambas as sociedades. Mas quando os gregos tratam, ocasionalmente, desses assuntos, mostram o mesmo gênio e originalidade que em tudo mais, e suas idéias são portanto, historicamente, o ponto de partida teórico da ciência moderna."

Parece-me que o que Marx está dizendo é que: 1) a ciência econômica tal como surgiu historicamente é a do capitalismo; 2) certas características comuns à sociedade capitalista e à sociedade grega, ao existirem na Antiguidade, já puderam ser percebidas pelos gregos. Ocorre que, algumas dezenas de páginas antes, no mesmo livro, Engels afirmava que a Economia Política como ciência da produção, intercâmbio e repartição do produzido nas diversas sociedades humanas (o sublinhado é meu),⁹

"...ou seja, em toda a sua extensão, ainda está por ser feita. O que possuímos até o presente em matéria de ciência econômica reduz-se, quase exclusivamente, à gênese e à evolução da forma de produção capitalista."

Pode-se constatar que as afirmações de Engels e de Marx são equivalentes e não supõem, absolutamente, a impossibilidade intrínseca de uma Economia Política "universal". Podemos aproximar o que diz Engels de um de seus argumentos ao explicar por que Marx preferiu o "modo lógico" ao "modo histórico" de exposição para sua crítica da Economia Política burguesa: "faltam todos os trabalhos preparatórios"¹⁰, o que tornaria impraticável o "modo histórico" (ou forçaria Marx a escrever ele mesmo sistematicamente acerca de toda a História universal).

Não pretendo negar que o surgimento da Economia Política se tenha ligado, historicamente, a uma autonomia relativamente maior, nas sociedades modernas, do econômico na totalidade social. Também não nego que o peso dos fatores extra-econômicos na reprodução da sociedade global seja maior no pré-capitalismo – se bem que, como disse Pierre Vilar, a sociedade capitalista também não possa ser pensada

7 – *Idem*, p. 61.

8 – ENGELS – *Op. cit.*, pp. 242-243: sabe-se que o capítulo de onde tomei a citação foi na verdade redigido por Marx, não por Engels.

9 – ENGELS – *Idem*, p. 161.

10 – ENGELS, F. – "La Contribución a la crítica de la economía política de Carlos Marx", in MARX e ENGELS – *Escritos económicos varios*. Trad. de W. Roces. México. Grijalbo, 1966, pp. 188-190.

sem a cristalização pelo Direito e no Direito da propriedade privada, isto é, da apropriação (usurpação) da terra, dos capitais e dos bens de produção.¹¹

O que estou negando é que, ao ter surgido como ciência em função do capitalismo, a Economia Política seja inaplicável aos tipos anteriores de sociedade, produzindo teorias específicas adequadas a eles, nas quais se leve em conta o peso da coação extra-econômica e outras peculiaridades. A questão central consiste em saber se existem ou não, nas sociedades pré-capitalistas, **regularidades** estruturais passíveis de teorização. Acredito que sim, e apóio firmemente o que diz Witold Kula:¹²

“...para construir a teoria de uma dada categoria de fenômenos sociais é preciso que exista uma determinação social das ações humanas tal, que estas últimas, em sua maioria, se movam num mesmo sentido...e sejam reiteráveis, nos limites temporais e espaciais definidos, sempre que as mesmas condições definidas se reproduzam. Isto ocorre em todas as sociedades. Por conseguinte, para cada uma delas (se as fontes forem suficientes) poderemos construir uma teoria mais ou menos ampla, de conteúdo mais ou menos rico.”

O problema das fontes é essencial, a ser levado em conta quando pertinente. No entanto, aqui me interessava rebater a afirmação de uma impossibilidade teórica, de princípio, de uma Economia Política do pré-capitalismo – afirmação cuja respeitabilidade, hoje em dia, teria de depender de uma refutação dos grandes passos já dados na construção de uma tal disciplina por autores como Ernest Labrousse, o próprio Kula e tantos outros!

Terminando este ponto, citarei um texto de Antônio Barros de Castro que constitui a tentativa mais recente que conheço no sentido de impugnar a possibilidade de uma Economia Política do pré-capitalismo. No fundamental, o seu argumento consiste em afirmar que só com o capitalismo implantou-se o império das condições de produção:¹³

“...A razão fundamental pela qual se pode pensar a época moderna através de uma obra como *O capital* (dedicado ao estudo ‘das leis naturais da produção’ no período capitalista) provém de que **no capitalismo** a produção e a vida material em geral passam a ser regidas por mecanismos autodeterminados e determinantes. (...)

“...Na medida em que garante a sustentação destes traços fundamentais da formação social romana – o ócio das classes proprietárias, o expansionismo militar, bem como o pão e o circo do ‘populacho’ – o trabalho extraído dos escravos é evidentemente **necessário** à preservação deste regime social. Não há porém como admitir que essa necessidade seja de natureza ‘econômica’ ou, mais precisamente, que ela derive das próprias condições de produção.”

Como se pode notar, a argumentação é semelhante à de Olmedo; com uma dife-

11 - VILLAR, Pierre - *Iniciación al vocabulario del análisis histórico* Trad. de M. Dolors Folch. Barcelona. Crítica, 1980, p. 126.

12 - KULA, Witold. *Théorie économique du système féodal* Paris/Hala. Mouton, 1970, p. 136. (Existe em português.)

13 - CASTRO, Antônio Barros de - “A economia política, o capitalismo e a escravidão”. In LAPA, J.R. do Amaral (compilador) - *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis. Vozes, 1980, pp. 75-77

rença: Castro tem consciência de que sua opinião, neste ponto, é contrária à de Marx e Engels, para os quais "não apenas o capitalismo como também as sociedades pré-capitalistas deveriam ser estudadas a partir das condições materiais da vida".¹⁴ É provável, por outro lado, que tanto Olmedo quanto Castro tenham raciocinado a partir da concepção restritiva atualmente vigente sobre o que é "o econômico" – concepção resultante de correntes como o marginalismo, e também do surgimento de disciplinas especializadas entre as quais barreiras acadêmicas foram elevadas (Economia, Sociologia, Demografia, Antropologia, etc.). Em contraste, na Economia Política marxista a concepção do "econômico" é muito mais ampla, englobando sem dúvida alguma em sua lógica interna, por exemplo, a estrutura e os conflitos de classes.¹⁵ Não levar isto em consideração pode conduzir a outro diálogo de surdos, já que os participantes no debate podem não estar aplicando o termo "economia" às mesmas realidades.

Passando agora a uma problemática ligada ainda mais intimamente ao tema que tratamos, cumpre examinar as opiniões hoje dominantes no mundo acadêmico a respeito da economia do mundo banhado pelo Mediterrâneo no período da Antiguidade Clássica.

A primeira coisa que pode ser ressaltada é que essa imagem privilegiada – verdadeiro paradigma científico – insiste no carácter explicativo central que atribui à cidade-Estado (*pólis* em grego, *civitas* em latim). Em termos do que agora interessa, isto significa que a especificidade da economia clássica, definida como a economia da cidade-Estado, surge de sua oposição à economia dos Estados e impérios do antigo Oriente Próximo, centrada nos templos e palácios.¹⁶ Um primeiro problema a este respeito é que a cidade-Estado não foi o elemento organizador do mundo greco-romano ao longo da integralidade dos dois milênios de sua história. Pelo contrário, no conjunto dessa extensão de tempo predominaram formas sociais não dominadas pela *pólis* ou pela *civitas*: a monarquia palacial micênica, o regime discernível na Grécia homérica, os reinos helenísticos, o Império romano, são alguns dos casos que ilustram tal fato. Sendo assim, uma concentração exclusiva da atenção na cidade-Estado – em nome de um conjunto de concepções políticas, culturais e psicológicas nela gerado e desenvolvido e que, afirma-se, dava sentido à Antiguidade Clássica – pode ser inadequada, se tiver a intenção de examinar a **totalidade** da História Antiga da Grécia e de Roma.

Um exemplo curioso dos efeitos de uma tal opção é que Finley chegasse a considerar o Egito dos Ptolomeus como uma sociedade "basicamente alienígena" (*basically alien*) em relação ao "mundo grego propriamente dito" (*the Greek World pro-*

14 – *Idem*, p. 74

15 – Ver CARDOSO, Ciro F.S. e PÉREZ BRIGNOLI, Héctor – *Os métodos da História*. Trad. de João Maia. Rio de Janeiro. Graal, 1983 (3ª ed.), pp. 465-466; CARDOSO, C.F.S. e PÉREZ BRIGNOLI, Héctor – *El concepto de clases sociales*. Madr. Ayuso, 1977, pp. 13-14.

16 – Cf. por exemplo FINLEY – *Op. cit.*, pp. 29-39; BOGAERT, R. – "Synthèse finale", in LIPINSKI, Edward (compilador) – *State and temple economy in the ancient Near East* 2 vols. Lovaina. Departement Orientalistiek, 1979, vol. II, pp. 745-762.

per).¹⁷ Por este mesmo caminho, mais recente, ele eliminou de sua análise política do mundo clássico – aliás magistral – toda a História grega anterior e posterior ao período que **grosso modo** se estende do século VIII ao IV a.C., e toda a História romana anterior e posterior à República (que durou aproximadamente do século V ao I a.C.), com o argumento de que, em sua opinião, a “política” só existiu, na Antiguidade, nos Estados em que decisões obrigatórias eram alcançadas por discussão, argumentação e, finalmente, pelo voto (em outras palavras, em cidades-Estados).¹⁸ Convenhamos que, assim definida, a política, como ele mesmo admite, foi uma das atividades mais raras em toda a História Antiga e Medieval¹⁹, o que, exatamente como no caso da economia da cidade-Estado tomada como ponto de referência, conduz a uma redução do campo de estudos inaceitável para autores menos restritivos em seus interesses e critérios no que diz respeito ao estudo da Antiguidade Clássica. Note-se que isto não implica negar a grande novidade ou a enorme importância históricas da **pólis** e da **civitas** antigas.²⁰

Foi a partir sobretudo da década de 1960 que autores como Finley, Michael Austin, Pierre Vidal-Naquet e Jean-Pierre Vernant – entre outros – deram forma às idéias hoje dominantes nos ambientes universitários acerca da economia do mundo greco-romano. Suas concepções surgiram em oposição aos esquemas do marxismo dogmático e às opiniões de autores como M. Rostovtzeff que, no final do século XIX e na primeira metade deste, exageravam muito o papel das trocas mercantis e de supostas “burguesias urbanas” naquele mundo maciçamente rural – o qual, nos escritos desses autores, parecia excessivamente “moderno” ou mesmo “capitalista”, o que constituía flagrante anacronismo. A reação a tais posições anteriores amalgamou influências diversas: o influxo renovado das idéias de Max Weber sobre a cidade antiga, as concepções da Antropologia Econômica de K. Polányi e seus discípulos (conhecida como “substantivista”), em certos casos a influência de um texto inédito de Marx publicado pela primeira vez somente em 1939 e difundido de fato bem mais tarde (os **Grundrisse**). A fusão destas e outras influências deu-se num clima intelectual – europeu principalmente – marcado em forma crescente pela diminuição do impacto do marxismo em função das sucessivas crises dos movimentos socialistas na Europa e do império cada vez maior de concepções estruturalistas e pós-estruturalistas, adquirindo estas últimas no período mais recente fortes tendências irracionalistas e intelectualmente “neonarquistas”.²¹

O que se afirma é, antes de mais nada, algo que remete à discussão com que começamos este capítulo: a impossibilidade de definir em forma autônoma a economia,

17 – FINLEY, M.I. - **Economy and society in ancient Greece**. Londres. Chatto & Windus, 1981, p. 210.

18 – FINLEY, M.I. - **Politics in the ancient world**. Cambridge. Cambridge University Press, 1983, pp. 51-53. (Em português: Rio de Janeiro, Zahar, 1985.)

19 – *Idem*, p. 53.

20 – CARDOSO, C.F.S. - **A cidade-Estado antiga**. São Paulo. Ática, 1987 (2ª ed.).

21 – Cf. ANDERSON, Perry - **Sur le marxisme occidental**. Trad. de D. Letellier e S. Niémetz. Paris, François Maspero, 1977; ANDERSON, Perry - **A crise do marxismo**. Trad. de Denise Bottman. São Paulo. Brasiliense, 1984.

o nível econômico, no relativo à Antiguidade Clássica.²² Isto porque – e neste ponto é manifesta a influência de Polányi –, asseguram-nos os partidários do paradigma dominante, naquele período o que nós chamamos de “nível econômico” não apenas não era percebido como um campo unificado e coerente pelos antigos, como também, de fato, intrinsecamente, não continha sua própria racionalidade: o que é para nós “o econômico” só pode ser entendido em função do social global e, mais especificamente, do nível político. A análise econômica só teria sentido, então, subordinada a uma análise social com forte ênfase política; na verdade, quase como uma espécie de subproduto desta última.

De Max Weber derivam-se idéias sobre a cidade antiga como cidade de consumidores, não de produtores, sobre o papel da guerra, sobre o modo em que a cidade-Estado – estrutura política – regulava o acesso ao consumo e às riquezas entre os cidadãos e outros membros livres da comunidade. Idéias até certo ponto similares haviam sido desenvolvidas anteriormente por Marx nos *Grundrisse*, mas foram conhecidas só neste século. Marx escrevera: “A história antiga clássica é história urbana, mas de cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura”. A ligação entre economia e cidade-Estado na Antiguidade Clássica fora fortemente ressaltada por ele: “Como resultado da concentração na cidade, a comunidade como tal possui uma existência econômica”.²³

As análises modernas que partem destas premissas – combinadas em modalidade diversas – insistem muito em negar qualquer autonomia ao nível econômico naquelas sociedades. A cidade-Estado era, diz-se, um centro de consumo que vivia numa relação até certo ponto parasitária para com o campo circundante e comunidades estrangeiras exploradas. No mundo antigo, o valor de uso predominava sobre o valor de troca – isto é, a produção mercantil tinha fraco desenvolvimento – e o consumo (de homens livres) predominava sobre a produção (servil, ou seja realizada mediante o uso da escravidão e de outras modalidades de trabalho compulsório). Uma “política econômica” praticada pelos Estados clássicos – antes categoricamente afirmada por muitos autores – existia somente em forma extremamente limitada (como em matéria fiscal, procurando garantir o financiamento dos órgãos públicos e da guerra através da apropriação de excedentes, e em questões ligadas ao abastecimento de cereais e certas matérias-primas básicas como a madeira e os metais). Mais em detalhe, procura-se demonstrar, por exemplo, que o surgimento da moeda partiu de considerações políticas e não econômicas, que muitas formas de troca não podem ser definidas como verdadeiro comércio. Ressalta-se o peso econômico da guerra, definida por Aristóteles, no século IV a.C., quando travada contra os “bárbaros” (povos de língua e cultura não-

22 – Ver por exemplo AUSTIN, M. e VIDAL-NAQUET, P. – *Économies et sociétés en Grèce ancienne*. Paris. Armand Colin, 1973, pp. 11-43. (Existe em português.) À pág. 17 lê-se: “...a economia grega não poderia ser estudada de maneira correta fora do quadro da cidade-Estado.”

23 – MARX, Karl – “Formas que preceden a la producción capitalista”. In GODELIER, Maurice (compilador) – *Antropología y economía*. Barcelona. Editorial Anagrama, 1976, pp. 21-46 (as citações são da pág. 29): este capítulo é parte dos *Grundrisse*.

gregas), como sendo por natureza "um meio de aquisição" (*Política*, 1256 b, 23-27); e chama-se a atenção para a grande gravitação econômica da região.²⁴

O paradigma teórico que procurei resumir contém elementos valiosos. A crítica de concepções anacrônicas, a insistência numa racionalidade social da economia no pré-capitalismo (e portanto no enorme peso, em termos econômicos, de fatores que hoje em dia aparecem como extra-econômicos), são alguns desses elementos.

Não se pode duvidar, por exemplo, de que a religião desempenhasse um papel muito importante nas formas de utilização da riqueza social no mundo antigo. Na *Odisséia* lemos, no episódio da visita de Telêmaco a Pilos, a descrição de um sacrifício a Palas Atena (III, 418-463)²⁵, para o qual o rei Nestor chamou um artesão a quem entregou ouro com que fosse decorado o animal a ser sacrificado (no caso, dourando-se os chifres de uma novilha), em parte consumido no banquete que acompanhou a cerimônia, mas cujas coxas foram reduzidas a cinzas em honra da deusa. Textos antigos de todas as épocas confirmam a disposição dos homens da Antiguidade grego-romana no sentido de aceitar como necessários "gastos" consideráveis para garantir por meios sobrenaturais a reprodução da vida social.

No entanto, a leitura dos trabalhos recentes deixa-me insatisfeito sob diversos pontos de vista.

Com freqüência, depois de afastarem as explicações anteriormente admitidas, esses textos ficam na superfície descritiva das coisas; ou descambam para posições fortemente idealistas, em que a economia antiga, mais até do que da política, parece depender em última análise de fatores mentais – ideológicos, psicológicos –, de uma espécie de "estado de espírito" ligado à cidade-Estado e que não se explica. Muitas vezes se tem a impressão de que os autores de hoje aceitam acriticamente as opiniões dos antigos sobre si mesmos e sua sociedade, o que é uma atitude cientificamente inaceitável.

Finley fundamenta o seu uso do termo "economia antiga" somente²⁶

"...no fato de que, durante os seus últimos séculos, o mundo antigo constituía uma única entidade política, na existência de uma estrutura cultural e psicológica comum..."

Ora, isto não me convence. Parece-me que se tem ido longe demais na minimização dos elementos propriamente econômicos. Citarei, em apoio do que estou dizendo, uma passagem do romance *O asno de ouro* ou *As metamorfoses*, de Apuleio (século II d.C.). Obviamente, o que tiramos desse texto não pode ser generalizado para qualquer período ou região do antigo mundo clássico, mas isto não é importante para o tipo de argumento que quero apresentar: o de que, em certos casos pelo menos, há aspectos da economia antiga que não parecem explicáveis simplesmente subsumindo-os à política e à ideologia. Por outro lado, o fato de se tratar de uma obra de ficção

24 – SNODGRASS – *Op. cit.*, capítulo 4; FINLEY – *L'économie antique*, capítulos 5 e 6; VEGETTI, Mario – *Marxismo e società antica*. Milão, Feltrinelli, 1977, pp. 9-65.

25 – HOMERO – *La Odisea*. Trad. de L. Segalá y Estalella. México. Porrúa, 1971, p. 25.

26 – FINLEY – *L'économie antique*, p. 39.

não impugna a validade do documento, já que o Autor, nesta parte do seu livro, estava usando de um recurso bem conhecido da literatura fantástica: acumular detalhes realistas e corriqueiros para que o leitor "acredite" na obra e termine assim por aceitar também os elementos sobrenaturais, quando finalmente fizerem sua aparição. Eis aqui o trecho em questão:²⁷

"Chamo-me Aristomenes e sou de Aeglum: saiba também qual é a minha profissão: ocupo-me em fornecer mel, queijo e outras mercadorias do mesmo gênero aos estalajadeiros, e viajo em todos os sentidos através da Tessália, da Etólia, da Beócia. Assim, tendo sabido que em Hypata, a cidade mais importante de toda a Tessália, estavam vendendo queijo fresco, de bom sabor, a um preço extremamente baixo, fui rapidamente para lá na intenção de comprá-lo todo. Mas, como ocorre com freqüência, parti com o pé esquerdo e minha esperança de fazer um bom negócio se frustrou, pois, na véspera, o grande mercador Lupus comprou tudo em bloco."

Esta passagem mostra sem lugar a dúvidas, para a Grécia romana do século II d.C., um sistema de comercialização complexo, em vários níveis, agindo sobre um espaço considerável (Aeglum ficava perto de Corinto, Hypata muito mais ao norte). Mostra igualmente a tendência monopolista que Aristóteles considerava "um princípio universal" da "crematística" – palavra com freqüência traduzida para o inglês como *business*, mas cujo significado se aproxima mais da expressão "busca da riqueza" (Política, 1259 a, 17-21). Mesmo não sendo, como disse, generalizável indiscriminadamente, permite exemplificar quão inadequada pode vir a ser uma interpretação da economia antiga que não leve em conta devidamente a dinâmica econômica *stricto sensu*.

Alguns autores que aceitam em grande medida o paradigma interpretativo atualmente vigente, dele se distanciam neste ponto pelo menos em parte. É o caso de Mario Vegetti, o qual admite que o nível econômico tende, a partir do século IV a.C., a "produzir uma dinâmica própria de funcionamento, autônoma em relação aos canais político-sociais que asseguram a reprodução de conjunto da sociedade antiga".²⁸ Analogamente, pesquisadores do Instituto Gramsci que se aproximam do modo dominante de pensar, por exemplo sua crítica ao "historicismo" (derivada do estruturalismo pseudo-marxista de L. Althusser), desenvolvem uma análise – calcada parcialmente nos *Grundrisse* de Marx – que admite serem essenciais os fenômenos vinculados à introdução (mesmo limitada e incompleta) do capital comercial e do capital monetário em geral no interior da formação econômico-social escravista antiga, e mais especialmente da romana.²⁹

A interpretação hoje dominante também falha por omissão de um fator explicativo essencial: as forças produtivas. Não basta, para resolver o assunto, considerar a

27 – APULÉE – *L'âne d'or ou les métamorphoses*. Trad. de P. Grimal. Paris. Gallimard, 1975, p. 34 (I,5).

28 – VEGETTI – *Op. cit.*, p. 57.

29 – Cf. CAPOGROSSI, L., GIARDINA, A. e SCHIAVONE, A. (compiladores) – *Análise marxista e società antica*. Roma Ed. Riuniti, 1978.

pretensa “estagnação das técnicas” na Antiguidade Clássica (generalização das mais abusivas), logo tratando explicar tal “estagnação” por fatores sociais e/ou ideológicos.

O conceito de forças produtivas não se reduz ao de técnicas de produção: refere-se a uma forma historicamente determinada do conjunto constituído pelos objetos e meios de trabalho (os meios de produção), mais os próprios trabalhadores vistos em suas capacidades físicas e mentais. As forças produtivas delimitam, em sua forte inércia (sobretudo em se tratando de sociedades pré-capitalistas), o círculo que define as permanências e transformações possíveis numa dada formação econômico-social num período determinado. Assim sendo, é grave constatar que a maior parte das articulações deste fator (tomado em todas as suas facetas) com o conjunto da História Econômica e Social da Antiguidade está simplesmente ausente da imensa maioria das obras recentes.³⁰ Ora, nos casos em que tal correlação foi feita em forma adequada, o enriquecimento da análise é evidente. Assim ocorre quando Claude Nicolet, em parte baseando-se em P.A. Brunt, leva em conta a ligação entre espaço e população como elemento explicativo – entre outros – da dinâmica da história romana republicana;³¹ ou quando Bertrand Gille esclarece a formação, entre o século VI e o século IV a.C., de um “sistema técnico” propriamente grego, e mostra sua violação com a história global da época (mesmo se, no fundo, em forma ainda insuficiente).³²

2.A sociedade antiga: classes ou estamentos?

A discussão que abordaremos agora é, sob certos aspectos, inseparável da anterior. As razões para tratá-la à parte são de diversos tipos: 1) didaticamente isto simplifica a exposição; 2) a problemática da estrutura social da Antiguidade Clássica, se às vezes foi tratada em conjunto com as questões econômicas, em outras ocasiões deu lugar a trabalhos específicos, alguns muito influentes; 3) o terceiro motivo é de ordem pessoal: em minha opinião, apesar dos problemas indicados, o paradigma dominante tem, quanto à economia antiga, muitos elementos a seu favor, mas o mesmo paradigma merece-me uma aprecação de conjunto bem mais negativa no concernente a suas afirmações sobre a natureza, o funcionamento e os conflitos das sociedades da Antiguidade Clássica.

A explicação do que é, para mim, uma visão social do mundo antigo totalmente inadequada, reside em certos casos³³ no fato de ter buscado sua base teórica numa

30 – Ver CARDOSO, C.F.S. – *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis. Vozes, 1982 (2ª ed.), pp. 25-31.

31 – NICOLET, Claude – *Rome et la conquête du monde méditerranéen. 1. Les structures de l'Italie romaine*. Paris. Presses Universitaires de France, 1979, pp. 75-90.

32 – GILLE, Bertrand - “Le système technique des Grecs”, in GILLE, B. (compilador) – *Histoire des techniques*. Paris. Gallimard, 1978, pp.287-374; GILLE, Bertrand – *Les mécaniciens grecs*. Paris. Les Éditions de Minuit, 1980.

33 – Por exemplo muitos dos trabalhos incluídos em: NICOLET, C. et alii – *Recherches sur les structures sociales dans l'Antiquité classique*. Paris. Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1970.

"Sociologia histórica" falida.³⁴ Em todos os casos, parte da explicação reside na tendência já apontada antes a aceitar acriticamente a visão dos antigos sobre si mesmos como correspondendo à sua realidade social, com o qual se substitui a verdadeira tentativa de explicação histórica por uma mera descrição, mesmo que se tente apresentá-la como se explicação fosse – tendência à qual o medo de cometer o pecado do anacronismo empurra numerosos historiadores.

Também quanto ao tema que nos ocupa agora, um dos pontos de partida na constituição da interpretação hoje dominante foi a insatisfação com um marxismo excessivamente simplificado ou deformado, em que a "luta de classes", inadequadamente enfocada, aparecia como um *deus ex machina* da História. Para dar um exemplo concreto, o último capítulo da História de Roma do soviético S. I. Kovaliov, intitulado "Fim do Império Romano do Ocidente. Revolução dos escravos e invasão dos bárbaros", apresenta-nos, em certo momento, uma "última fase da revolução dos escravos" antigos em que tal revolução se vinculou estreitamente aos movimentos de outras categorias oprimidas, formando uma "frente revolucionária" no interior do Império, à qual se veio juntar depois uma externa (os bárbaros), entrando ambas em contacto e agindo em conjunto a partir do século IV d.C., o que acabou levando à queda do Império do Ocidente.³⁵ Uma análise como esta é, sem dúvida, risível. Não fica melhor na versão modernizada de Pierre Dockès, que apesar de críticas ao "economicismo" e ao "mecanicismo" que rescendem a Althusser e seus discípulos, termina atribuindo por sua vez, em última análise, a destruição do sistema escravista ao "combate clandestino" e à "guerra social" – às "lutas dos escravos" –, no contexto da ruína do Estado imperial romano em consequência de um processo de concentração de terras e de pauperização.³⁶

Entretanto, o que se quis colocar no lugar de análises como estas foi um conjunto de opiniões igualmente lamentável por sua assustadora indigência. Afirma-se a impossibilidade de aplicar à sociedade antiga o conceito de **classes sociais**, preferindo-se ver tal sociedade como constituída de **estamentos**, isto é, grupos de funcionamento jurídico-político e ideológico (ou mesmo "psicológico") e não econômico, apoiados em oposições de status (cidadão/não-cidadão, livres/escravos, proprietários/não-proprietários, credores/devedores – quando não jovens/adultos ou mesmo homens/mulheres...³⁷). Como a economia, diz-se que também a estrutura social tinha sua base na cidade-Estado. Os antagonismos sociais existentes ligavam-se em especial às questões em torno do poder político, da terra e das dívidas: mas se tratava sempre de embates entre estamentos, em íntima vinculação com a estrutura política do Estado. Tais con-

34 – A de: MOUSNIER, Roland – *As hierarquias sociais*. Trad. de Miguel S. Pereira. Lisboa. Publicações Europa-América, 1974. Mas consulte-se sobretudo a crítica demolidora e irresponsável: ARRIAZA, Armand – "Mousnier and Barber: the theoretical underpinning of the 'society of orders' in Early Modern Europe". *Past and Present* 89, novembro de 1980, pp. 39-57.

35 – KOVALIOV, S. I. – *História de Roma*. III. El Império. Trad. de M. Ravoni. Buenos Aires. Ed. Futuro, 1959, pp. 290-305.

36 – DOCKES, Pierre – *La libération médiévale*. Paris. Flammarion, 1979.

37 – Ver AUSTIN e VIDAL-NAQUET – *Op. cit.*, pp. 34-43.

tradições não eram antagônicas ou “dialéticas” no sentido marxista, e por isto só fizeram repetir-se ciclicamente ao longo da história clássica, sem desembocar em qualquer evolução em direção a um novo tipo de sociedade.

Nota-se que, neste campo de estudos, há diferenças consideráveis entre os autores que seguem o paradigma dominante: se em Vidal-Naquet e Vernant, por exemplo, alguma influência marxista ainda é visível, Finley, com sua concepção da sociedade antiga como um **continuum**, um espectro ou gradação de status ou posições entre dois pólos – o escravo visto exclusivamente como propriedade e o homem perfeitamente livre – que são abstrações hipotéticas sem existência real³⁸, na prática, mesmo se não o diz com clareza, tem uma base teórica que é sobretudo weberiana. Por tal razão ele pode, ao mesmo tempo, reconhecer sem dificuldade, e mesmo com argumentos interessantes e pertinentes a favor de tal idéia, o caráter escravista da sociedade antiga em certas áreas centrais (Grécia, Itália peninsular, Sicília),³⁹ e retirar de tal constatação a possibilidade de fundamentar uma análise de conjunto da sociedade clássica em termos de classes.

Deve-se talvez, neste ponto, levantar uma questão importante: o recuo das interpretações das sociedades antigas como sociedades de classes não se liga unicamente ao uso inadequado de tal conceito no passado; nem se deve só a razões políticas e ideológicas.⁴⁰ Terá sido ainda mais influente nesse sentido a presença, no seio do pensamento marxista – desde o próprio Marx – de uma dicotomia teórica no emprego do conceito, o que terminou levando a uma cisão entre os que só aceitam falar de classes quando se puder detectar uma clara consciência de classes e lutas de caráter político entre as classes (presença de “classes para si” formando um sistema antagônico) e outros que seguem Marx e Engels num emprego mais geral do conceito (constatação da existência de “classes em si” ou determinadas economicamente). Na primeira opção, no pré-capitalismo unicamente as classes dominantes chegaram a adquirir consciência, o que faz com que só sob o capitalismo contemporâneo encontremos sistemas de classes antagônicas em que também as classes dominantes possam desenvolver uma consciência adequada a seus interesses classistas. Na segunda opção, não haveria inconveniente em estender a análise das classes a toda a história humana pós-tribal, embora admitindo-se consideráveis especificidades aos sistemas pré-capitalistas de classes.⁴¹

Outro fator de peso deve ter sido a dificuldade da tarefa. Mesmo os que aceitam ser possível a análise em termos de classes das sociedades pré-capitalistas pós-tribais – com o que é minha opinião –, obviamente não encontrarão nos documentos de época a consciência de sua existência (já que ela só surgiu a partir do século XVIII d.C.). Se-

38 – FINLEY – *L'économie antique*, pp. 84-86.

39 – FINLEY, M. I. – *Ancient slavery and modern ideology*. Nova Iorque. The Viking Press, 1980, pp. 79-81.

40 – STE. CROIX, G.E.M. de – *The class struggle in the ancient Greek world*. Londres. Duckworth, 1981, pp. 45-46, 57.

41 – CARDOSO e PÉREZ-BRIGNOLI – *El concepto...*, pp. 107-126.

gundo G. Lukács, nas sociedades pré-capitalistas as classes sociais “só podem ser identificadas por meio da interpretação da história” imediatamente dada, enquanto no capitalismo as classes “são a própria realidade histórica imediatamente dada” Isto porque, nas sociedades pré-capitalistas, as categorias econômicas e extra-econômicas apareciam inextricavelmente entrelaçadas.⁴² As dificuldades que isto acarreta para o historiador já haviam sido reconhecidas por Engels:⁴³

“...enquanto em todos os períodos anteriores a pesquisa destas causas propulsoras da história era pouco menos do que impossível – devido a ser tão complexa e velada a vinculação daquelas causas com seus efeitos –, na atualidade esta vinculação já está suficientemente simplificada para que o enigma possa ser decifrado.”

Como é óbvio, na Antiguidade existiram sem dúvida estamentos juridicamente fundamentados – por exemplo a “ordem senatorial” e a “ordem eqüestre” no Alto Império Romano. Não se trata pois, para os que advogam a interpretação em termos de classes e suas lutas, de negar sua existência ou abandonar seu estudo: é preciso, pelo contrário, integrá-los à análise e explicá-los.⁴⁴

Uma solução conciliatória pode ser encontrada em certos escritos de Maurice Godellier. Com base em alguns dos textos de Marx, pretende que, para o fundador do marxismo, os estamentos (e, em sociedades que não são da alçada deste texto, as castas) ocupam o mesmo lugar teórico, no pré-capitalismo, que corresponde às classes no mundo contemporâneo. Marx teria pretendido, ao chamar em certas obras às vezes estamentos e às vezes classes aos mesmos grupos, referindo-se a épocas pré-capitalistas, distanciar-se da interpretação corrente, idealista, desses grupos, mostrando que tais estamentos envolviam relações de opressão e exploração, não tendo um fundamento exclusivamente ideológico e político, mas pelo contrário estando também ligados a uma data base econômica que correspondia em cada caso a um determinado grau e a determinadas formas de desenvolvimento das forças produtivas.⁴⁵

Outros autores se puseram mais taxativamente contra a tendência hoje dominante. O esforço mais considerável foi o de G.E.M. de Ste. Croix – o qual insiste sobre o conceito de **exploração** na definição das classes e suas lutas, mais do que propriamente sobre o de relações de produção –, que apesar de certas debilidades tem uma considerável importância teórica e historiográfica, além do grande mérito de reunir a documentação disponível.⁴⁶

O debate favorito no campo da História Social foi acerca de serem ou não os escravos antigos uma classe social. Pierre Vidal-Naquet, tratando deste tema para o caso

42 – LUKÁCS, G. – *Historia y conciencia de clase*. Trad. de M. Sacristán. México. Grijalbo, 1969, p. 63.

43 – ENGELS, F. – “Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofía clásica alemana”, in MARX e ENGELS – *Obras escogidas en dos tomos*. Moscou. Ed. Progreso, 1971, tomo II, p. 391.

44 – Ver STAVENHAGEN, Rodolfo – *Les classes sociales dans les sociétés agraires*. Paris. Anthropos, 1969, pp. 23-52.

45 – GODELIER, Maurice – *L'idéal et le matériel*. Paris. Fayard, 1984, pp. 295-329.

46 – STE. CROIX – *Op. cit.*

da sociedade grega, chega a uma resposta negativa. Reconhece que, nas sociedades helênicas efetivamente escravistas, a oposição entre senhores e escravos era "a contradição fundamental do mundo antigo" mas afirma também que "em nenhum momento estes senhores e estes escravos se defrontaram diretamente na prática social corrente"⁴⁷ Opinião diferente foi exposta por exemplo por J. Annequin, M. Claval-Lévêque e F. Favory. O fato de serem os escravos sem dúvida, em primeira aproximação, uma categoria jurídica, não deve impedir que nos interroguemos igualmente acerca do papel desempenhado por **certos escravos**, em certos períodos e em certas regiões, nas relações de produção fundamentais, sem perder de vista as especificidades estruturais da sociedades antigas (incluindo o peso dos fatores extra-econômicos, da coação extra-econômica, na determinação e na reprodução da exploração social). Isto permitiria, apesar de grande disparidade de funções que pessoas escravizadas podiam desempenhar, que fosse reconhecido o carácter de classe de certos conjuntos de escravos antigos. Estes autores também acham que é preciso assumir uma posição mais nuancada, ao examinar a questão da consciência e da luta de classes, do que a que foi assumida taxativamente por Vidal-Naquet.⁴⁸

Embora o problema esteja longe de uma solução, sendo mais para uma posição como a destes Autores do que para a de Vidal-Naquet, na qual percebo uma projeção, em direção ao passado, dos conceitos de classes e luta de classes **tais como podem ser definidas sob o capitalismo**, concluindo, ao não os identificar em tal forma na sociedade grega, que esta última não conheceu as classes e suas lutas em quaisquer formas. Também me parece que a objeção de terem os escravos status variados do ponto de vista econômico-social, em que insiste Finley⁴⁹, é fútil. No século I d.C., um escravo imperial encarregado de funções administrativas no governo central do Império Romano, ou um escravo a quem o seu senhor consentiu um pecúlio importante (que podia incluir outros escravos), por um lado, e um escravo rural encerrado à noite num cárcere privado ou *ergastulum*, por outro lado, representavam sem dúvida realidades sociais heterogêneas. Mas quantos eram os escravos das primeiras categorias mencionadas, e quantos os da última? Não sabemos, por não se terem conservado dados numéricos suficientes para esclarecer a questão apresentando cifras; mas as fontes disponíveis são mais do que suficientes para afirmar com certeza absoluta que os escravos empregados como mão-de-obra duramente explorada em minas, propriedades rurais e outras atividades produtivas, embora muito menos visíveis para nós como indivíduos (por não terem a oportunidade de deixar rastro individual nos tipos de fontes gerados por aquela sociedade), eram muitíssimo mais numerosos – e muito mais essenciais para o funcionamento da sociedade da época – do que os escravos social e economicamente privilegiados.

47 – VIDAL-NAQUET, Pierre - "Les esclaves étaient-ils une classe?". In **Formas de exploração do trabalho e relações sociais na Antiguidade clássica**. Trad. de M. da Luz Veloso. Lisboa. Ed. Estampa, 1978, pp.33-39.

48 – ANNEQUIN, J., CLAVAL-LÉVÊQUE, M e FAVOR, F. - "Apresentação". In **Formas de exploração do trabalho e relações sociais na Antiguidade clássica**. Trad. de M. da Luz Veloso. Lisboa. Ed. Estampa, 1978, pp. 33-39.

49 – FINLEY – *L'économie antique*, capítulo 3.